



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

COMARCA DE ARAPONGAS

1ª VARA CÍVEL DE ARAPONGAS - PROJUDI

Rua Ibis, 888 - Fórum - Centro - Arapongas/PR - CEP: 86.700-195 - Fone: 43-3055-2202 - Celular: (43) 99908-2650 - E-mail: apas-1vj-e@tjpr.jus.br

Autos nº. 0012422-45.2023.8.16.0045

Vistos.

1. A Lei nº 11.101/2005, modificada pela Lei n. 14;1120/2020 - LERF, em seu art. 22, estabelece atribuições do administrador judicial - AJ, como auxiliar do juízo. O profissional, além de garantir cumprimento à celeridade e regularidade do processo, na visão desta unidade especializada, deve deter *expertise* e organização de apoio com suporte também em contabilidade, em condições de prestar um serviço de excelência. Mais, entre o AJ e o juízo deve existir relação profissional de mútua confiança.

2. Disso resulta a constatação de que nessa fase de revisão dos autos redistribuídos e remessa dos autos à especialização desta Vara Regional e o rigor de aprimoramento do trabalho realizado pela Justiça e por seus auxiliares nomeados, segundo recomendação do Conselho Nacional da Justiça - CNJ e da Corregedoria-Geral da Justiça - CGJPR, com vista à padronização, à higidez procedimental, e à segurança jurídica enquanto prejudicados tão importantes a processos desta natureza para **declarar** ser oportuno e conveniente a satisfação do critério da confiança a fim de se garantir mais eficiência e transparência a este processo de recuperação judicial.

3. Impende destacar que a mera substituição do AJ outrora nomeado por outro juízo decorra apontamento de ato/fato em demérito àquele profissional. Adota-se, simplesmente, o critério da confiança.

4. A substituição se dá pelo poder discricionário e da conveniência do juízo, sem nenhum desvalor ao trabalho realizado (o qual merece elogios) e garantido o pagamento proporcional de honorários. O Tribunal de Justiça garante a substituição por ato discricionário.

Veja-se:

AGRAVO DE INSTRUMENTO – FALÊNCIA – DECISÃO AGRAVADA QUE DETERMINOU A SUBSTITUIÇÃO DO ADMINISTRADOR JUDICIAL – POSSIBILIDADE – ATO DISCRICIONÁRIO – CRITÉRIOS DE CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE – DECISÃO MANTIDA – RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.(TJPR - 17ª Câmara Cível - 0011671- 38.2019.8.16.0000 - Curitiba - Rel.: JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO EM SEGUNDO GRAU ADEMIR RIBEIRO RICHTER - J. 30.05.2022)

Idem, outros acórdãos: 17ª C.Cível - 0034567-75.2019.8.16.0000 - Irati - Rel.: JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO EM SEGUNDO GRAU FRANCISCO CARLOS JORGE - J. 09.07.2020; 10ª Câmara Cível - 0007159-41.2021.8.16.0000 - Curitiba - Rel.: DESEMBARGADORA ANGELA KHURY - J. 28.06.2021; 17ª Câmara Cível - 0011128-35.2019.8.16.0000 - Curitiba - Rel.: JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTO EM SEGUNDO GRAU SANDRA BAUERMANN - J. 27.06.2019.

5. Por tudo quanto, **substituo** o administrado judicial – AJ, e **nomeio** em seu lugar, o Dr. Demetrius Macei, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/PR sob nº 24.393 e OAB/SP 246454 (telefone: 41 99219-9922); e-mail: demetriusmacei@gmail.com). com a determinação de lavratura e assinatura do termo de responsabilidade respectivo.

6. Cumpra-se o que acima foi determinado.

7. Em seguida, considerando o disposto no art. 3º, *caput* e §3º, do Decreto Judiciário nº 179/2024 – D. M., promova-se a redistribuição do presente processo, bem como de todos os feitos em apenso /distribuídos por dependência, para a 11ª Vara Cível e Empresarial Regional de Londrina.

8. Intimações e demais diligências necessárias.

Arapongas, 27 de janeiro de 2025.

Oto Luiz Sponholz Junior
Magistrado

